



CÂMARA MUNICIPAL DE ARCOS DE VALDEVEZ

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EMPREITADA DE "REABILITAÇÃO DA E.M. 202-2 (ENTRE A PONTE E O C.M. 1295) GONDORIZ" ADJUDICADA À SOCIEDADE COMERCIAL J. S. GOMES, LDA. DE ARCOS DE VALDEVEZ [PO 193/2016]

(Artigos 94º e 96º do Código dos Contratos Públicos)

No dia **3 de março de 2017**, nesta vila de Arcos de Valdevez e Divisão Administrativa e Financeira da Câmara Municipal, comigo, Lic. Faustino Gomes Soares, Chefe de Divisão, como oficial público da mesma Câmara, compareceram o senhor **Dr. João Manuel do Amaral Esteves**, casado, natural da extinta freguesia de Arcos de Valdevez (Salvador), atualmente União de Freguesias de Arcos de Valdevez (Salvador), Vila Fonche e Parada, residente no lugar de Aldeia, Freguesia do Couto, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de presidente da referida Câmara Municipal, em representação do **Município de Arcos de Valdevez**, pessoa colectiva número 505 211 696, nos termos da alínea f) do nº 2, do artigo 35º do anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e de harmonia com a deliberação camarária de 23 de janeiro de 2017, que autorizou a celebração do contrato e de 10 de fevereiro de 2017, aprovou a respetiva minuta, como primeiro outorgante; e -----

José de Sousa Gomes, casado, natural da freguesia de Rio Frio, e residente no lugar da Senra, freguesia de Monte Redondo, ambas deste concelho, que outorga na qualidade de **sócio-gerente**, em representação da sociedade comercial por quotas denominada "**J. S. GOMES, LDA**", com sede na Rua Dr. António Gonçalves Ferreira, nº 6, Arcos de Valdevez, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Arcos de Valdevez sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva **502 294 698**, com o capital social de € 150.000,00, como segundo outorgante, a fim de reduzir a escrito o respetivo contrato que se regula pelas cláusulas seguintes: -----

Primeira

A Câmara Municipal, representada do primeiro outorgante, na sua mencionada reunião de **23 de Janeiro de 2017**, deliberou adjudicar, mediante Concurso Público, nos termos do artigo 148º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29

de Janeiro, doravante designado por CCP, à representada do segundo outorgante, a empreitada de **"REABILITAÇÃO DA E.M. 202-2 (ENTRE A PONTE E O C.M. 1295) GONDORIZ"**. -----

Pela referida deliberação camarária de 10 de fevereiro de 2017 foi aprovada a respetiva minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 98º, nº 1, do CCP. -----

----- **Segunda** -----

O preço contratual é de **€ 224.741,80 (duzentos e vinte e quatro mil setecentos e quarenta e um euros e oitenta centimos)**, a que acresce o Imposto de Valor Acrescentado, à taxa de 6%, da importância de **€ 13.484,51 (treze mil quatrocentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e um centimos)**. -----

----- **Terceira** -----

A empreitada tem por objecto os trabalhos constantes da respectiva lista contratual de preços unitários, os quais serão iniciados no primeiro dia útil a seguir ao da data da consignação, e concluídos no prazo de **90 dias**, incluindo sábados, domingos e feriados, a contar dessa mesma data. -----

----- **Quarta** -----

A consignação da obra deverá estar concluída no prazo de **30 dias úteis** após a assinatura deste contrato. -----

----- **Quinta** -----

A medição dos trabalhos executados far-se-á mensalmente, de acordo com o estipulado no artigo 388º do CCP, sendo os respectivos pagamentos efectuados no prazo de 60 dias, de acordo com o artigo 299º, nº 4, do mesmo Código. -----

----- **Sexta** -----

O prazo de garantia da obra, durante o qual a representada dos segundos outorgantes está obrigada a corrigir todos os defeitos da mesma, é o definido no nº 2 do artigo 397º do CCP. -----

----- **Sétima** -----

Ao incumprimento do contrato são aplicáveis as regras dos artigos 325º e seguintes do CCP. -----

----- **Oitava** -----

As revisões de preços são reguladas pelas disposições do Decreto-Lei nº 6/2004, de 6 de Janeiro, sendo efectuadas segundo a fórmula fixada no caderno de encargos que integra este contrato: **F 10 – Estradas**. -----

----- **Nona** -----

O encargo total deste contrato é o do valor da adjudicação, acrescido das revisões de preços legalmente exigíveis, e do Imposto Sobre o Valor Acrescentado, sendo a classificação orçamental respetiva, do ano corrente, a seguinte: -----

Classificação orgânica - Capítulo **02** – Câmara Municipal e Serviços Municipais. -----

Classificação económica - **Agrupamento 07** – Aquisição de Bens de Investimento; **Subagrupamento 01** – Investimentos; **Rubrica 04** – Construções diversas; e **Alínea 08** – Viação Rural. -----

Classificação Funcional – **33154**. -----

----- **Décima** -----

Pelo segundo outorgante foi apresentada a Garantia Bancária n.º **0102.004917.393**, emitida pela **Caixa Geral de Depósitos, S.A.**, em 08-02-2017, do valor de € **11.237,09** (onze mil duzentos e trinta e sete euros e nove cêntimos) correspondente a 5 % do preço contratual, que fica arquivada com o presente contrato, e destinada a garantir o cumprimento do mesmo, válida até à receção definitiva da empreitada, sem prejuízo da aplicação do regime de liberação da caução previsto no CCP. -----

----- **Décima Primeira** -----

O presente contrato **não está sujeito** a Visto do Tribunal de Contas, nos termos da legislação em vigor, e, na parte não especialmente e nele previsto, reger-se-á pelas disposições legais aplicáveis, designadamente, o Código dos Contratos Públicos, e legislação complementar. -----

----- **Décima Segunda** -----

1 – **Fazem parte integrante deste contrato:** -----

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes e aceites pela Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo 61º do CCP; -----
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos; -----
- c) O caderno de encargos; -----
- d) A proposta adjudicada. -----

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados. -----

3 – Em caso de divergência entre os documentos atrás referidos e o clausulado deste contrato, prevalecem os primeiros. -----

----- **Décima Terceira** -----

Para a resolução de todos os litígios decorrentes da execução deste contrato fica estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro. -----

----- **Décima Quarta** -----

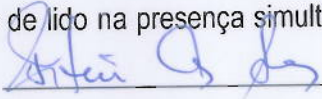
O segundo outorgante declara aceitar, para a sua representada, o presente contrato, nos termos exarados, -----

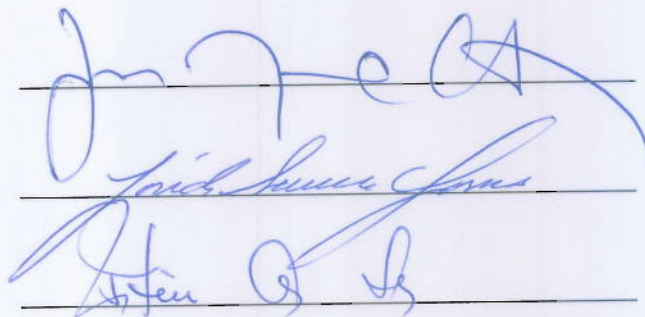
----- **Décima Quinta** -----

Que se obriga a realizar todos os trabalhos dentro das boas normas de execução e nos termos da respectiva proposta e do caderno de encargos, cumprindo todas as instruções que para esse fim lhe forem transmitidas pelos Serviços da dita Câmara Municipal. -----

Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos, que ficam arquivados com o presente contrato: a) Declaração do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, comprovativa de que a sua representada tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, emitida em **28-11-2016**, e válida por quatro meses; b) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Arcos de Valdevez, em **21-12-2016**, comprovativa de que a referida sociedade tem a sua situação tributária regularizada, e válida por três meses;

c) Alvará de construção nº 34256-PUB, válido por tempo indeterminado; d) Certidão Permanente, com o código de acesso 3017-8254-6479, obtida via Internet, subscrita em **06-04-2016**, e válida até **06-04-2017**, respeitante à matrícula da sociedade, pela qual verifiquei a qualidade e suficiência de poderes do segundo outorgante para intervir neste ato; e) Documentos comprovativos de que não se encontra na situação prevista na alínea i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos; f) Declaração ANEXO II, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos. -----

Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos dois intervenientes, depois de lido na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim,  Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, como oficial público neste acto. -----



Para efeitos do disposto no nº 3 do artigo 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, declara-se que o compromisso respeitante ao presente contrato se encontra registado no sistema de Contabilidade do Município com o nº **37/029/2017**.

REGISTADO NO LIVRO PRÓPRIO DOS CONTRATOS, SOB O Nº **8/2017**